

MT pode perder até R\$ 7 bilhões com reforma tributária, diz Mauro

Gilberto Leite

O governador Mauro Mendes (União) alertou que a reforma tributária em debate no Congresso Nacional pode fazer Mato Grosso deixar de arrecadar até R\$ 7 bilhões. Diante disso, ele defendeu a realização de uma reforma administrativa, para diminuir o tamanho da máquina pública, antes de realizar qualquer mudança tributária no país. Mauro e governadores de outros estados se reuniram na quarta-feira, 24 de maio, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o relator da proposta na Câmara, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), durante o Fórum Nacional de Governadores. Vista como uma prioridade pelo atual governo, a reforma tributária deve ser votada até o final de junho. O texto que vai ao plenário ainda não foi definido

PÁG. 3



Comissão vai ouvir jornalista, servidoras e marido de Edna

Gilberto Leite



Os membros da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Cuiabá definiram alguns ritos do processo que investiga a denúncia de possível prática de rachadinha contra a vereadora Edna Sampaio (PT), com recurso de verba indenizatória de sua ex-chefe de gabinete, Laura Abreu. Entre as definições está a lista de pessoas que serão ouvidas no processo de investigação. A primeira que será ouvida é a ex-chefe de gabinete Laura Abreu, no dia 15 de junho. No mesmo dia será ouvida a atual chefe de gabinete, Neusa Baptista Pinto

PÁG. 5

MP quer intervenção até final de dezembro

O procurador-geral de Justiça, Deodete Cruz Junior, apresentou uma ratificação ao pedido de prorrogação da intervenção do Estado na Saúde Pública de Cuiabá, para que se estenda até o dia 31 de dezembro deste ano. Inicialmente, Deos-

dete havia pedido 90 dias a mais para que a equipe interventora pudesse dar continuidade ao cronograma de atividades programadas na Secretaria Municipal de Saúde e Empresa Cuiabana de Saúde Pública

PÁG. 4

Deputados defendem prorrogar a intervenção

O pedido de prorrogação da intervenção do Estado na Saúde de Cuiabá foi bem recebido dentro da Assembleia Legislativa, onde os deputados, em sua maioria, têm feito avaliações positivas ao trabalho desenvolvido pela intervenção. A presidente interina da Assembleia Legislati-

va, Janaína Riva (MDB), chegou a lamentar que o comando da Saúde tenha que voltar às mãos da Prefeitura de Cuiabá no futuro. Na terça-feira, 23, a interventora esteve na Assembleia Legislativa para fazer prestação de contas e um resumo de suas ações

PÁG. 3

Número de cirurgias cresce 48% de cirurgias

O Gabinete de Intervenção do Estado entregou à Justiça o terceiro relatório sobre as providências que foram adotadas na Secretaria

de Saúde de Cuiabá nos últimos 15 dias. De acordo com o documento, o Hospital Municipal de Cuiabá (HMC), o Hospital Pronto Socorro Muni-

pal de Cuiabá (HPSMC) e o Hospital Municipal São Benedito, juntos, apresentaram um aumento de 48% de cirurgias realizadas nos últimos 60

dias. O relatório também aponta que houve redução de 10 mil pacientes na fila de regulação

PÁG. 6

AGU e PGR defendem Ferrogrão

Ricardo Botelho/MInfra

A supressão de uma parte do Parque Nacional do Jamanxim para construção da Ferrogrão, ferrovia que ligará o coração do agronegócio em Mato Grosso aos portos do Pará, tem pareceres favoráveis tanto da Procuradoria-Geral da República (PGR) quando da Advocacia-Geral da União (AGU). O tema voltará a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na próxima quarta-feira, 31 de maio. A questão gira em torno da supressão de uma área de 862 hectares do Parque do Jamanxim, que se deu por meio de uma medida provisória

PÁG. 8



A direção nacional do PT quer cassar José Medeiros

A direção nacional do PT protocolou uma representação contra o deputado federal de Mato Grosso, José Medeiros (PL), pedindo a cassação de seu mandato, devido a uma discussão e suposta agressão, que teria ocorrido em março deste ano. Na avaliação do deputa-

do, a representação feita pelo PT é uma tentativa de intimidação, para calar os principais opositores do governo petista no Congresso Nacional. Ele acredita que os petistas estão criando uma narrativa na tentativa de impedir sua atuação

PÁG. 3

"Lula quer se estar Próximo do agro"

PÁG. 5

EDITORIAL

A necessidade faz a hora

O número de empresas criadas em 2021 bateu recorde absoluto, atingindo a marca de 4,026 milhões de novos empreendimentos em apenas um ano - crescimento de 19,7% na comparação com o ano anterior. A análise fria dos números faz parecer que a economia brasileira está 'voando', como propala nosso ministro da Economia, Paulo Guedes. No entanto, basta uma análise mais detida à realidade por trás dos números que fica perceptível que a situação não é bem assim. Conforme dados do próprio Ministério da Economia, o ano

de 2021 se encerrou com um total de 12 milhões de desempregados, o equivalente a 11,1% da força de trabalho nacional. Quem não quis se tornar estatística, precisou usar de todas as forças para garantir a renda suficiente para pagar as contas e cuidar de suas famílias. Eis, então, a razão principal para o enorme salto no número de empresas criadas em 2021: a necessidade.

Isso fica perceptível em cada conversa com os atores do mercado, em especial no setor de alimentação. Hoje, restaurantes, hotéis e lanchonetes

enfrentam dificuldade para encontrar trabalhadores qualificados porque precisaram demiti-los no auge da pandemia. Sem emprego, esses trabalhadores migraram para outros setores ou... criaram suas próprias empresas. Eles são impulsionados por uma economia cada vez mais dinâmica, visto que hoje não é necessária uma grande estrutura para atendimento ao público. Um espaço na cozinha de casa basta para elaborar quitutes e despachá-los via aplicativos de delivery. Basta ver que de cada 10 empresas abertas, 8 são de microempreendedores individuais - os MEIs.

Essa tendência já havia sido observada em 2020, pri-

meiro ano da pandemia de covid-19, quando o contingente de desempregados aumentou de forma assustadora. A pesquisa GEM (Monitor de Empreendedorismo Global, na sigla em inglês) identificou que o número de empreendedores nascentes (com menos de 3 meses de negócio) motivados pela necessidade saltou de 20,3% em 2019 para 53,4% em 2020.

É normal que as crises impulsionem o surgimento de novos negócios e certamente há um efeito favorável à economia, com mais pessoas conseguindo meios para garantir o sustento de suas famílias, o que faz toda a engrenagem girar. Porém, ainda é preciso



ver até onde esses empreendedores conseguirão chegar, já que abrir uma empresa - principalmente como MEI - é uma tarefa muito mais fácil do que mantê-la em funcionamento. Eles precisarão de uma forte rede de apoio para guiá-los e ajudá-los a encontrar o tão almejado sucesso. Pode ser mais difícil, mas certamente será recompensador.

Cartórios: um bem desnecessário

Diego Guimarães (*)

Há algumas semanas dei voto de parecer favorável a um projeto de lei do deputado Wilson Santos, que dispõe sobre a aceitação de procurações outorgadas à advocacia perante todos os órgãos públicos da esfera Estadual, sem a necessidade de reconhecimento de firma do outorgante. Na ocasião, disse que esperava estar vivo para ver o fim dos cartórios.

Minha fala gerou muita comoção: positiva por parte da enorme maioria das pessoas comuns e - sem surpresa nenhuma - negativa por parte de cartorários e seus descendentes/dependentes.

É bom que se frise que não estou aqui criticando a necessidade do acesso a documentos, mas como esse acesso é dado (vendido) por meio dos cartórios.

Como advogado, acredito que a desburocratização do Estado é essencial para melhorar a vida das pessoas. Como deputado estadual, é meu trabalho, minha missão, buscar formas mais eficientes de fazer serem cumpridas as mesmas funções dos cartórios no Brasil, nem que isso represente o fim dessas instituições.

Por mais "modernizados" que possam estar, cartórios são instituições ultrapassadas que, sim, tiveram um papel importante na nossa história, mas que já não fazem sentido atualmente. É como uma máquina de escrever ligada à internet.

Além disso, os custos para manter um cartório são altíssimos e, por mais que invoquem em sua defesa o recolhimento de impostos, a manutenção de empregos e sua "autossuficiência", no final do dia, quem paga essa conta é a população. O cidadão que precisa enfrentar toda essa burocracia, gastar tempo, passar raiva e pagar caro.

Atualmente, os custos para obter certidões, registros e outros documentos são extremamente altos, o que dificulta o acesso à justiça para muitas pessoas. Eliminar cartórios reduziria drasticamente essas despesas, tornando o acesso à justiça mais acessível a todos.

As defesas acaloradas por parte dos cartorários argumentam que o nosso sistema de registro é o mesmo usado por diversos países no mundo. Sim, é verdade. Somos fruto de uma herança colonizadora, mas isso

não nos impede de escolher as referências que queremos seguir e olhar para as possibilidades futuras, não apenas por conveniência histórica.

Há diversos exemplos ao redor do mundo da não utilização de cartórios para intermediar a relação entre cidadãos e o Estado. O sistema legal britânico, por exemplo, não possui cartórios, sendo os registros feitos diretamente por meio de órgãos públicos, como o Registro Civil. Na Austrália, as mesmas funções exercidas pelos cartórios no Brasil são realizadas pelo próprio governo: o Registro Civil é feito por meio do departamento de registros do estado ou do território. Nos Estados Unidos, os registros são feitos diretamente pelas agências governamentais responsáveis. O sistema dinamarquês também não possui cartórios. Os registros são feitos diretamente pelos cidadãos em agências governamentais.

Na Suécia, o registro de propriedades e o Registro Civil são realizados também por agências governamentais, sem a necessidade de intermediários.

Embora eu queira muito estar vivo para acompanhar a modernização desse sistema

de registros no nosso país, sei que a resistência dos cartorários é a primeira dificuldade nesse processo. Alguns cartórios são administrados por famílias há várias gerações.

Outro obstáculo é a falta de estrutura do Estado, que teria que desenvolver aparato tecnológico e sistêmico adequado para realizar os serviços que são atualmente prestados pelos cartórios.

A transição para o fim dos cartórios será, sem dúvida, um processo complexo. Exigirá muita boa vontade, planejamento, investimentos, mudanças na legislação e na estrutura do Estado. No entanto, as vantagens desse tipo de mudança podem ser significativas, tornando a relação entre cidadãos e o Estado mais eficiente, transparente e acessível, esse sim, um bem mais que necessário e tudo que eu acredito que as relações institucionais devam ser.

DIEGO GUIMARÃES é deputado estadual por Mato Grosso pelo Republicanos.



Obesidade infantil e esteatose

Adriana Costa (*)

A obesidade infantil ganhou o status de epidemia em decorrência do aumento do número de crianças obesas em todo o mundo. Hoje ela é considerada um grave problema de saúde pública.

Conforme a Organização Mundial da Saúde, em 2025 poderá haver 75 milhões de crianças obesas no mundo.

A obesidade é uma doença preocupante entre os adultos e quando se fala em crianças, a situação é ainda mais grave. Isto porque a saúde começa a sofrer com os problemas causados pelo sobrepeso enquanto a criança deveria estar em pleno desenvolvimento físico.

A obesidade não é um problema de estética. Está relacionada a diversas doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, doenças cardíacas e má formação do esqueleto. Além disso, pode gerar dificuldades para executar atividades e brincadeiras comuns da infância.

Como a obesidade é uma doença, geralmente, decorrente do comportamento do paciente, em uma família com hábitos alimen-

tares incorretos, pouca ou nenhuma atividade física. Quase todos que convivem na mesma casa acabam sofrendo as consequências.

Outras causas de obesidade infantil incluem: Falta de sono, ansiedade e/ou depressão, fatores genéticos e hormonais. Ao desenvolver a obesidade, a criança acaba sofrendo com toda aquela diversidade de doenças de um obeso adulto, e sendo ainda cruel ao ponto de limitar que ela aproveite essa época da vida.

A prevenção ou tratamento da doença, começa com modificações no estilo de vida, com ajuda especializada de médicos, nutricionistas e até preparadores físicos para auxiliar a transformar os hábitos e proteger da obesidade infantil.

Adotar uma vida mais saudável através da alimentação e realização de atividades físicas, são os principais pilares para garantir uma vida mais saudável.

Novos métodos de quantificação da esteatose hepática

Entre as diversas repercussões que a obesidade provoca na saúde da criança e do adolescente, destaca-se a esteatose hepática,

que é o estágio inicial da doença hepática gordurosa não alcoólica (DHGNA).

A DHGNA é um problema clínico, emergente, entre pacientes obesos, adultos e jovens que se caracteriza como uma síndrome de etiologia multifatorial, na qual a obesidade é o fator associado mais comum.

Inicialmente se observa infiltração hepática de gordura (esteatose), podendo evoluir com atividade inflamatória e necrose, com ou sem fibrose perissinusoidal (esteatohepatite), fibrose avançada e cirrose. A importância do diagnóstico precoce da esteatose hepática deve-se ao fato de que 28% dos pacientes que evoluem para esteatohepatite podem chegar à cirrose e ao carcinoma hepático com alto risco de necessitar de transplante hepático.

A DHGNA pode ser suspeitada pelo exame físico (hepatomegalia, isto é, aumento do tamanho do fígado), exames de sangue e ultrassonografia.

A ultrassonografia hepática é considerada um bom método para diagnóstico e seguimento do grau de infiltração gordurosa no fígado, embora não se correlacione com o grau de fibrose. A ultrassonografia hepática é útil na

rotina de investigação de crianças e adolescentes obesos.

Atenuação de imagem (ATI) é uma nova técnica de ultrassom para diagnóstico de esteatose, que detecta estágios iniciais de infiltração gordurosa, enquanto que o USG modo B (exame convencional) só detecta esteatose quando o envolvimento das células é maior que 20%. É um método não invasivo baseado em US para a quantificação da esteatose hepática.

A técnica permite que os médicos estimem a extensão da condição e rastreiem as mudanças ao longo do tempo. Isso é útil para monitorar a progressão da doença e orientar as decisões de tratamento, especialmente na prática pediátrica.

Enfim, a obesidade é um problema grave e deve ser encarado com cuidado. Quanto mais cedo for tratada, maiores são as chances de cura.

ADRIANA COSTA é médica radiologista, especialista em radiologia pediátrica.



Jubileu de ouro

Deusdédit de Almdeira (*)

Em 23 de Maio de 1973, foi sagrada a nova catedral de Cuiabá. Nada mais imponente e sugestivo do que comemorar esta data memorável, em clima de oração e gratidão Deus pelos 50 anos desta sacração.

A construção deste majestoso templo, foi iniciado em 1958, por D. Orlando Chaves, grande incentivador da obra. Uma comissão pró-construção foi constituída e presidida pelo advogado Luís-Philippe Pereira Leite, membro do Instituto Histórico de Mato Grosso e do conselho pastoral da Catedral, acompanhada pela cura da época: Pe. Firmo Pinto Duarte Filho. (In memoriam).

A planta da nova catedral é do arquiteto sacro de S. Paulo, Benedito Calixto de Jesus, o mesmo que planejou a Basílica de N. Sra. Aparecida, o segundo maior templo do mundo católico. A construção começou na parte do

fundo: sacristia, os quatro andares superiores e residência. Foi interrompida, de 1963 a 1967, durante a realização do concílio vaticano II (1963-65).

Com a ida de D. Orlando Chaves para Roma, além de participar das sessões do concílio, fazia propaganda das obras que estava realizando em Cuiabá: a Catedral, o Seminário C. Rei e o Instituto das missionárias do Bom Jesus. Com isso, conseguiu inúmeros benfeitores entre os Bispos e católicos da Europa, dos EUA e Canadá, os quais ajudaram o generoso povo Cuiabano na execução da planejada obra. A segunda parte reiniciou-se em 1968, como marco dos 250 anos de Cuiabá, celebrado em 1969. Disse Luís-Philippe Pereira Leite no dia da inauguração (24 de Maio):

"Esta inauguração veio coroar as obras da majestosa, imponente e moderna Basílica, um dos mais belos templos do Brasil". D. Bonifácio

Piccinini, em 1975, interpretando o sentimento da maioria do povo católico, disse: "A vetusta Catedral de Cuiabá, há anos, vinha dando sinais inequívocos de desabamento. A sua reconstrução era quase impossível. O intenso movimento, sempre crescente, de carros e caminhões abalavam mais e mais a construção de barro sacado. Vários engenheiros, após acurados estudos e sondagens, concluíram que não era possível recuperar a antiga Sé.

Com a demolição da velha catedral, os restos mortais dos prelados, bispos, arcebispos e de Moreira Cabral, foram transferidos para a Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho. Em agosto de 1974, estes restos mortais, incluindo de Miguel sútil, que fora trazida pelo prefeito e o arcebispo de Sorocaba, foram recolocados na Cripta da nova Catedral.

Houve uma missa solene em sufrágio de suas almas, com expressiva participação dos fiéis e autoridades da cidade. Em 15 de Novembro de 1974, por solicitação da arquidiocese, a nova Catedral foi enaltecida com o título de Basílica menor do Senhor Bom Jesus, pelo Papa Paulo VI. Foi outorgado este título com todos os favores espirituais anexos a este título.

Entre os favores espirituais, está a concessão da indulgência plenária aos fiéis, mediante as seguintes condições: visita à Basílica, confissão, comunhão, oração do creio e do Senhor B. Jesus na intenção do sumo pontífice. Merece destaque o envolvimento das Irmãs Missionárias do Bom Jesus, congregação fundada por D. Orlando chaves, no processo de captação de recursos financeiros na cidade para esta altíssima finalidade religiosa.

O relógio monumental, cronômetro de Cuiabá, situado em ambas as torres da Catedral, a 30 m de altura, com 6 mostradores de 4 m, foi ofertado pela colônia sírio-Libanesa de Cuiabá, e teve como padrinho o embaixador do Líbano.

A comunidade Sírio-libanesa, nossa eterna gratidão. Alguns marcos religiosos relevantes da nossa história: Cuiabá foi fundada em 1719, como o nome de Arraial e depois Vila Real do Senhor Bom Jesus.

Em 1721 foi celebrada a primeira missa (Coxipó do Ouro); Em 1722-23, o capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes, construiu no mesmo lugar da atual Catedral, uma capela de taipa, em seguida foi celebrada a primeira missa pelo Frei Pacifico dos Anjos, irmão do capitão-mor.

Essa humilde capela abrigou em 1729, a venerável Imagem do Bom Jesus, fabricada de madeira por mãos de uma mulher e trazida pelo bandeirante Pedro de Moraes, conservada com carinho e afeto filial, até hoje.

A histórica e modesta capela, construída em 1722-23, por vezes transformada e metamorfoseada no tempo, é, hoje, este majestoso templo que se erige na grandza da arte do modernismo arquitetural, com seus três magníficos mosaicos e os quadros da via-sacra, obras do Artista Polonês: Aristarch Kaszkurewicz, o qual perdeu as duas mãos na Segunda guerra mundial.

Estas obras, de rara beleza, além de encantar as pessoas, irradiam vibrações de fé e eleva o espírito na busca do encontro com Deus. A nova Catedral, emoldurada pelas duas velhas praças: da república e Alencastro, e pelo palácio da Instrução, engala e embeleza, também, o nosso centro histórico, trazendo-lhe vida e atração turística diária.

Porquanto, a Catedral é o cartão de visita desta tricentenária cidade. Que o senhor Bom Jesus, do alto do seu trono sagrado, continue abençoando, com o seu desvelo de outrora, esta terra dadivosa, esta gente acolhedora, hospitaleira e calorosa. Indiscutivelmente, a Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus representa para Cuiabá, Matogrosso e o Brasil, um verdadeiro monumento artístico e, como tal, uma atração turística intensa para os visitantes de fora e os fiéis devotos que buscam refúgio, paz, conforto espiritual junto ao Senhor bom Jesus, nosso "Orago-mor".

DEUSDÉDIT DE ALMDEIRA é padre da Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus (Cuiabá).



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporá, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governador alerta para prejuízo aos cofres do Estado e cobra reforma administrativa antes da revisão dos impostos; Fethab pode ser extinto

MT pode perder até R\$ 7 bilhões**Da redação**

O governador Mauro Mendes (União) alertou que a reforma tributária em debate no Congresso Nacional pode fazer Mato Grosso deixar de arrecadar até R\$ 7 bilhões. Diante disso, ele defendeu a realização de uma reforma administrativa, para diminuir o tamanho da máquina pública, antes de realizar qualquer mudança tributária no país.

Mauro e governadores de outros estados se reuniram na quarta-feira, 24 de maio, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o relator da proposta na Câmara, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), durante o Fórum Nacional de Governadores.

Mauro disse que Pacheco fez colocações pertinentes sobre o assunto e que um texto mais completo deve ser apresentado no dia 6 de junho, para começar o debate sobre a reforma tributária no Congresso. Essa reforma é tida como uma das prioridades do governo Lula (PT), como forma de aumentar a arrecadação e simplificar a cobrança de impostos no país.

“100% dos governadores, como talvez 100% de todos nós, brasileiros, concordamos que deve ter uma reforma tributária no Brasil, porque todo mundo sabe, isso é voz corrente entre empresários, governo, cidadão comum... qualquer um neste país sabe que nós temos uma tributação cara, uma tributação burra, uma tributação que é muito complexa, que é uma carga gigantesca de trabalho para as empresas cumprir e que, ao final, esse sistema está sendo ruim para o país”, destacou Mauro, durante entrevista à rádio Jovem Pan.

Conforme o governador, as mudanças tributárias vão impactar os



Mauro alerta sobre perda de arrecadação e cobra redução da máquina antes da reforma tributária

cofres da União, Estados e Municípios. Porém, ele avalia que se não houver diminuição da máquina, muitos entes podem se afundar em dívidas, já que os principais recursos que entram nos cofres públicos são frutos de impostos.

“Dificilmente essa carga tributária vai di-

minuir no Brasil. [...] Se não simplificarmos o sistema, juntar e criar um IBS [Imposto sobre Bens e Serviços], logo na sequência vai faltar dinheiro. É como você chegar para um cidadão que ganha hoje R\$ 10 mil por mês e a conta dele está justinha, está gastando, com a

casa dele, com a família, com as prestações. Meu amigo, agora você vai ter que reduzir para R\$ 6 mil a R\$ 7 mil de salário. Se ele não cortar despesa, ele vai estourar o cartão de crédito, entra no cheque especial e em poucos dias o cidadão está quebrado”, explicou.

A expectativa é que o texto que será apresentado no começo de junho seja votado no Plenário da Câmara até o final do mês. O desejo de grande parte dos congressistas é que todos os trâmites terminem no Congresso Nacional antes do recesso parlamentar, que começa na segunda quinzena de julho.

IMPACTOS EM MT

- Durante em conversa com a imprensa nesta quinta-feira, 25 de maio, o governador deu maiores detalhes sobre o impacto esperado da reforma nas contas de Mato Grosso. Segundo ele, a reforma causará um impacto inicial de R\$ 7 bilhões nos cofres do Estado, sendo que R\$ 3 bilhões seriam perdidos com o fim do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que seria extinto com a aprovação da reforma tributária.

“Na nova reforma tributária, é possível. Possível não. Hoje, pela forma como ela está sendo desenhada, acabaria. Algumas contas estão sendo feitas, mas há uma crença de que perderíamos entre seis e sete bilhões”, ressaltou.

INTERVENÇÃO NA SAÚDE**Deputados defendem o pedido de prorrogação**

Janaína afirma que trabalho de Danielle Carmona surpreendeu e defende prorrogação da intervenção na Saúde

Da redação

O pedido de prorrogação da intervenção do Estado na Saúde de Cuiabá foi bem recebido dentro da Assembleia Legislativa, onde os deputados, em sua maioria, têm feito avaliações positivas ao trabalho desenvolvido pela equipe da interventora Danielle Carmona. Em conversa com jornalistas na quarta-feira, 24 de maio, a presidente interina da Assembleia Legislativa, deputada Janaína Riva (MDB), chegou a lamentar que o comando da Saúde tenha que voltar às mãos da Prefeitura de Cuiabá no futuro.

“Vai ser uma perda muito grande se essa intervenção for suspensa só com 90 dias. Esses 180 dias são necessários

para terminar de arrumar a casa. E aí, depois disso, vai precisar de uma fiscalização maior. Infelizmente, não tem outro caminho que não seja devolver para a Prefeitura”, disse Janaína.

Na terça-feira, 23, a interventora esteve na Assembleia Legislativa para fazer prestação de contas à comissão temporária que monitora a intervenção. Danielle apresentou um resumo de suas ações nos últimos 68 dias, destacando que houve redução de despesas, abastecimento das farmácias, contratação de médicos, aumento de cirurgia eletivas e de urgência e emergência, além de regularização da folha de pagamento.

Ao avaliar o desempenho da interventora, Janaína afirmou que ela

tem surpreendido os deputados pela capacidade de gestão. Segundo ela, os parlamentares não esperavam que a intervenção conseguisse resolver os problemas do município tão rapidamente.

“Talvez por já ser servidora da Saúde do município, já conhecer um pouco mais de perto, mas ela superou as nossas expectativas. Nós achávamos que, pela situação de crise que já estava, que nós só conseguiríamos ver reflexo na prorrogação da intervenção, se houvesse, e não agora no primeiro momento”, avaliou.

De maneira geral, os deputados avaliam que a equipe de intervenção fez até agora os “primeiros socorros” na Saúde Pública. Eles apontam que ainda é

necessário continuar com o tratamento para que os problemas não retornem quando acabar a intervenção.

“O gabinete de intervenção precisa de mais tempo para poder continuar salvando vidas aqui em Cuiabá”, pontuou o deputado Paulo Araújo (PP), antes defender que o Estado continue no comando da Saúde da capital até o final do mandato do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

“O correto, o certo, era prorrogar até o final do mandato dessa gestão. Aí nós saberíamos, com certeza, que a Saúde Pública está em boas mãos, administrada por pessoas sérias, compromissadas e que querem salvar vidas aqui no Município de Cuiabá”, concluiu.

COMISSÃO DE ÉTICA**PT tenta cassar Medeiros, que vê intimidação****Da redação**

A direção nacional do PT protocolou uma representação contra o deputado federal de Mato Grosso, José Medeiros (PL), pedindo a cassação de seu mandato, devido a uma discussão e suposta agressão, que teria ocorrido em março deste ano. O pedido foi apresentado na última terça-feira, 23 de maio. A informação é da assessoria de imprensa do deputado.

Na época, o deputado federal Miguel Ângelo (PT-MG) denunciou ter sido agredido por

Medeiros durante uma sessão realizada no dia 8, Dia Internacional das Mulheres. Nas redes sociais, o petista descreve que o parlamentar de Mato Grosso tentou intimidar a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), durante sua fala, e, para evitar uma confusão, se colocou entre eles e acabou sendo agredido por Medeiros.

O mato-grossense negou que tenha tentado constranger ou agredir a deputada. Ele comentou que sempre teve uma relação cordial com Gleisi e pediu desculpas por ter pisado

no pé do parlamentar, destacando que quer ter “a melhor relação possível”.

Na avaliação do deputado, a representação feita pelo PT é uma tentativa de intimidação, para calar os principais opositores do governo petista no Congresso Nacional. Ele acredita que os petistas estão criando uma narrativa na tentativa de impedir sua atuação.

“Mais uma vez eles [PT e aliados] tentam de forma antidemocrática colocar uma mordaca nos opositores desse governo.

É o modus operandi dos governos petistas, que seguem os regimes autoritários que ainda existem em alguns lugares do mundo. Apesar disso, não vou me intimidar! Vou continuar denunciando os desmandos do governo Lula e cobrando o cumprimento das promessas de campanha. O PT precisa descer do parlance, parar de procurar factoides para desviar o foco e começar a trabalhar”, frisou Medeiros, que é vice-líder do bloco de oposição ao governo Lula (PT) no Congresso Nacional.



Na avaliação de Medeiros, representação do PT é tentativa de intimidação, para calar os opositores

INTERVENÇÃO NA SAÚDE

Procurador-geral de Justiça afirma que pedido de mais 90 dias foi erro, pois cronograma prevê ações a serem realizadas até o final do ano

MP quer prorrogação até dezembro

Gilberto Leite



Da redação

O procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, apresentou uma ratificação ao pedido de prorrogação da intervenção do Estado na Saúde Pública de Cuiabá, para que se estenda até o dia 31 de dezembro deste ano. O requerimento foi entregue ao relator do caso no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Orlando Perri, na quarta-feira, 24, de maio.

Inicialmente, Deosdete havia pedido 90 dias a mais para que a equipe interventora pudesse dar continuidade ao cronograma de ati-

vidades programadas na Secretaria Municipal de Saúde e Empresa Cuiabana de Saúde Pública.

No documento, o procurador-geral disse que o prazo sugerido inicialmente foi um erro. Ele destacou que é necessário estender a intervenção até dezembro, "até mesmo para que o Gabinete de Intervenção tenha tempo hábil para finalizar os expedientes adotados e com prazo expressamente identificado no mencionado cronograma".

"Assim sendo, com fulcro nos dados apresentados na manifestação anterior, o Procurador-Geral de Justiça ratifica o pedido precedente, oportunidade na qual pugna pela prorrogação do período interventivo até o dia 31/12/2023, sem prejuízo de nova prorrogação", diz trecho do pedido.

PRORROGAÇÃO - No último dia 21, o procurador-geral de Justiça havia pedido ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso para



Procurador-geral diz que houve erro em pedido anterior e pede prorrogação da intervenção até 31 de dezembro

que a intervenção do Estado na Secretaria de Saúde de Cuiabá seja prorrogada por mais 90 dias.

O pedido aconteceu após a interventora Danielle Carmona informar sobre a necessidade de prorrogação do prazo. Ela encaminhou várias planilhas com as ações

e prazos estimados para sua realização, como a redução das dívidas da Saúde da Capital e a renegociação de contratos e dívidas com valor global superior a R\$ 500 mil, cujo prazo final é 31 de dezembro deste ano.

INTERVENÇÃO - Em março, o Órgão Espe-

cial do TJMT aprovou o voto apresentado pelo desembargador Orlando Perri, que defendeu a intervenção após denúncias de irregularidades apresentadas pelo Ministério Público.

Ele havia decidido monocraticamente pela intervenção no final do

ano passado, mas a decisão foi derrubada pela presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, que determinou a suspensão da intervenção até que o processo fosse julgado pela turma colegiada do TJMT.

CONTRA INTERVENÇÃO

Prefeitura diz que argumentos do MP são frágeis

Da redação

O Município de Cuiabá pediu ao desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Orlando Perri, que não atenda ao requerimento do procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, para prorrogar a intervenção do Estado na Saúde Pública da Capital. O documento é assinado pelo procurador-geral-adjunto, Benedicto Miguel Calix Filho, e foi protocolado na quinta-feira, 25 de maio.

A manifestação pede que o desembargador leve em consideração a regra prevista na Constituição Federal, de preservação da autonomia dos entes federados.

Ainda solicita que o magistrado que adote outra medida menos "drástica" para que o Município possa ter controle da pasta.

"[...] ante os simples argumentos trazidos para embasar a prorrogação da intervenção, vimos requerer que Vossa Excelência substitua a medida drástica por outra medida menos gravosa, como obrigação de fazer, obrigação de dar continuidade ao planejamento realizado, entre outras medidas possíveis", requereu.

Nesta semana, Deosdete apresentou o pedido de prorrogação da intervenção pelo prazo de 90 dias. Contudo, o mesmo documento mencionava que era preciso manter a Saúde

da capital nas mãos do Estado até o fim do ano. Após a imprensa noticiar o pedido, o procurador-geral apresentou uma retificação para alterar o pedido e estender o prazo até 31 de dezembro.

Para o Município, os argumentos apresentados pelo procurador-geral de Justiça são frágeis e não sustentam a necessidade de se prorrogar a intervenção.

"A título de exemplo, o Gabinete da Intervenção objetiva a continuidade do "remédio amargo" para: identificar prioridades de manutenção das unidades básicas de saúde; dedetizar as unidades com infestação de formigas; limpeza externa com poda de árvores; obten-

ção de alvará do Corpo de Bombeiros; aquisição de aparelhos de ar condicionado, entre outros, que nem de longe justificariam a intervenção setorial", destacou.

Ele ainda observou que os principais problemas enfrentados na área, como falta de medicamentos e médicos, aparentemente, foram resolvidos durante os primeiros 50 dias de intervenção.

"Desta feita Excelência, mesmo que a título introdutório, levando-se em consideração que a essência do pleiteado em sede de decisão interventiva fora atendido, restando tão somente atos de gestão e de continuidade dos serviços, a intervenção deve cessar, restabele-

cendo a autonomia integral do Município de Cuiabá, sendo plenamente cabível que Vossa Excelência determine a continuidade do planejamento realizado pela intervenção ou ainda firmar TAC, obrigação de fazer, ou qualquer outra medida constritiva menos gravosa do que o afastamento da autonomia municipal", sugeriu.

Além disso, o procurador municipal ainda destacou diversas matérias jornalísticas em que apontam problemas na Saúde de Cuiabá, mesmo após a intervenção. "Como se todas as notícias supra não bastassem, existem muitas outras de igual ou pior teor, hábeis a demonstrar que a intervenção

setorial, há muito já deveria ter sido interrompida ou nem sequer ter iniciado", sustentou.

INTERVENÇÃO - Em março, o Órgão Especial do TJMT aprovou o voto apresentado pelo desembargador Orlando Perri, que defendeu a medida após denúncias de irregularidades apresentadas pelo Ministério Público.

Ele que havia decidido, monocraticamente, a intervenção no final do ano passado, decisão derrubada pela presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, que determinou a suspensão da intervenção até que o processo fosse julgado pela turma colegiada do TJMT.

BRT EM CUIABÁ

"Retirada de trilhos não depende da Prefeitura"

Gilberto Leite

Da redação

As obras para implantação do Ônibus de Transporte Rápido (BRT, na sigla em inglês) em Cuiabá devem começar em junho. A informação foi dada pelo governador Mauro Mendes (União) na manhã de segunda-feira, 22 de maio, antes da solenidade de entrega de veículos que serão usados no combate ao desmatamento ilegal do meio ambiente.

Segundo o governador, a retirada dos trilhos do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que já foram implantados na Avenida Fernando Corréa independe da autorização da prefeitura.

"Não depende dele [do prefeito Emanuel Pinheiro, MDB]. A retirada acontece mesmo, é um planejamento da construtora, e como é um RDC [Regime Diferenciado de Contra-

tações Públicas] e eles apresentaram uma série de projetos, a Sinfra questionou. Então, eles estão lá, no vai e vem para aprovação desses projetos, mas existe a previsão, já no próximo mês, de iniciar [retirada dos trilhos]. Não tem nenhum problema, eles já estão finalizando alguns detalhes, segundo informou o secretário Marcelo [Oliveira] e, no próximo mês, com certeza nós teremos a obra em Cuiabá", destacou.

A retirada das estruturas do VLT teve início por Várzea Grande, no começo do ano, e já está avançando para uma segunda fase das obras na Avenida da FEB. A medida foi duramente criticada pelo prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), que chegou a dizer que as obras do BRT só aconteceriam na capital "por cima do seu cadáver".

Há uma lei municipal em Cuiabá que não permite a realização de obras sem autorização do Município. Devido à demora para essa autorização, o chegou a recorrer ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), alegando suposta omissão administrativa por parte da Prefeitura, devido à demora para analisar os documentos que autorizam o início das obras do BRT.

ELEFANTE BRANCO - A novela do VLT se estende desde 2014, quando o modal deveria ter sido entregue para a Copa do Mundo. O projeto já consumiu mais de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos e foi alvo de operações policiais. Em 2017, após indícios de irregularidades, o Estado rescindiu o contrato com o consórcio VLT Cuiabá/Várzea Grande.

Três anos depois, após estudo, o governo



Mauro afirma que retirada de trilhos do VLT não depende de autorização da Prefeitura de Cuiabá, que é contra a troca do modal

decidiu mudar o modal de transporte e, em abril do ano passado, divulgou a empresa vencedora para implantação do BRT, com custo estimado em R\$ 468 milhões.

Enquanto isso, o governo briga na Justiça ser ressarcido pelo Consórcio VLT, no valor de R\$ 830 milhões, por danos materiais e coletivos. Também é

pedido que o Consórcio VLT retire e venda os vagões de Várzea Grande, depositando em conta judicial os valores obtidos com a venda.

CASO EDNA

Investigação contra Edna irá ouvir marido da vereadora, ex-chefe de gabinete e jornalista que denunciou suposto caso de rachadinha

Comissão define lista de depoentes

Gilberto Leite

**Da redação**

Os membros da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Cuiabá definiram alguns ritos do processo que investiga a denúncia de possível prática de rachadinha contra a vereadora Edna Sampaio (PT), com recurso de verba indenizatória de sua ex-chefe de gabinete, Laura Abreu. Entre as definições está a lista de pessoas que serão ouvidas no processo de investigação.

A primeira que será ouvida é a ex-chefe de gabinete Laura Abreu, no dia 15 de junho. No mesmo dia será ouvida a atual chefe de gabinete,

Neusa Baptista Pinto. Um dia depois, será o esposo da parlamentar, William Sampaio, quem deve comparecer à Câmara.

No dia 19 de junho, os membros da comissão querem ouvir o jornalista Romilson Dourado, do site RDNews, que publicou a denúncia contra a petista.

Para finalizar o período de oitivas, os vereadores também querem ouvir a vereadora, que deverá apresentar sua defesa.

Todas as oitivas acontecerão no mesmo horário, às 14h30.

DEFESA - Durante reunião realizada na última segunda-feira, 23 de maio, a Comissão de Ética também definiu o prazo que a vereadora Edna terá para apresentar sua defesa. Ela terá cinco sessões ordinárias, cerca de 14 dias, para apresentar o documento por escrito ou indicar provas e testemunhas.

O presidente da Comissão de Ética, vereador Rodrigo Arruda e Sá

(Cidadania), disse que a notificação ficará a cargo do relator do caso, vereador Kássio Coelho (Patriota). Ele explicou que caso se a vereadora for notificada nesta terça-feira, 23, o prazo para apresentação de defesa vai começar na quinta-feira, 25, data da próxima sessão ordinária na Câmara.

CELERIDADE - Os membros da comissão destacaram que todo o processo vai seguir o rito previsto no Regimento Interno e garantiram que será dado à vereadora o direito de ampla defesa.

“Esse relatório será construído junto com esta comissão [...] até porque a Comissão de Ética é composta por três titulares e três suplentes [...] essa decisão será no coletivo, como foram os outros relatórios que participamos, sempre ouvindo os colegas [...]. Nós vamos cumprir o regimento interno desta Casa, não vamos sair fora do que temos aqui, que é a nossa segurança



Edna tem prazo de cinco sessões para apresentar sua defesa por escrito e elencar suas testemunhas

que nós temos juridicamente. Todos os trâmites serão feitos dentro da lei”, destacou o relator.

Membro da comissão, o vereador Wilson Kero Kero (Podemos) afirmou que o processo será conduzido com transparência, já que o mandato

de uma vereadora, eleita pelo voto popular, está em jogo.

“Tudo que a gente decidir a população de Cuiabá pode ter certeza vai estar totalmente respaldado pela legislação, ninguém aqui vai fazer nada alheio ao do que

está no Código de Ética, dentro da legalidade, isso que a gente espera muito seriedade, é um mandato de uma vereadora que está em jogo e a gente precisa ter muita sabedoria para tomar as decisões dentro da legalidade”, ressaltou.

FECHADO NA PANDEMIA

Restaurante popular será reformado, diz Luís Cláudio

Gilberto Leite



Luís Cláudio se disse surpreso com a denúncia e garantiu que reforma terá início no próximo mês

Da redação

A Prefeitura de Cuiabá deve começar neste mês uma reforma no prédio onde funcionava o Restaurante Popular, que hoje está completamente abandonado, servindo de abrigo para moradores de rua. A informação foi dada pelo vice-líder do prefeito, vereador Luís Cláudio (PP), após denúncia apresentada pela vereadora Maysa Leão (Republicanos) durante a sessão ordinária de terça-feira, 23 de maio.

Maysa relatou que foi pega de surpresa, na porta da Câmara de Cuiabá, por um homem que a questionou se não iriam fazer nada em relação ao local, que está fechado há três anos, desde o início da pandemia do novo coronavírus. Durante a sessão, Maysa mostrou um ví-

deo em que mostra a situação de abandono do local, com objetos de cozinha completamente destruídos.

“Nós fizemos essa fiscalização e ficamos perplexos. Eu levantei alguns contratos, só para falar do elevador que foi totalmente sucateado, amassado, perdido, destruído... esse elevador em 2013, ainda na gestão Mauro Mendes, foi comprado por R\$ 88 mil. Eu, como uma pessoa que venho do comércio, sei quanto custa montar um restaurante, sei quanto custa equipar. A gente percebe que milhões e milhões de reais foram perdidos em coifas, freezer, câmara fria, fogões, talheres, pratos, tudo que em 2020, três anos atrás, estava em pleno funcionamento”, destacou.

A vereadora ainda destacou que o local tem

fácil acesso e que pode ser utilizado para cometer crimes graves. Maysa disse que vai protocolar os achados de sua vistoria no Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), Tribunal de Contas (TCE), Ministério Público de Contas (MPC) e na Delegacia de Combate à Corrupção (Decorr), para que apure o abandono do local.

“Nós tínhamos um restaurante de qualidade que simplesmente foi depredado, abandonado e hoje é residência para moradores em situação de rua e se tornou, além de foco da dengue, além de tudo de errado que está acontecendo, um lugar passível de estupro, a 300 metros da Câmara de Vereadores. E eu pergunto, o que vossas excelências pretendem fazer a respeito?”, questionou.

Logo depois, o vice-líder do prefeito disse que conversou com a secretária de Assistência Social e de Direitos Humanos, Hellen Janayna, e recebeu a informação de que a reforma está prevista para iniciar entre 20 e 30 dias.

“Também me espanta a denúncia apresentada. Liguei para a secretária Hellen, que me disse que as obras vão ser retomadas em razão de o restaurante ter ficado paralisado devido à pandemia, porque foi proibida a utilização daquele espaço. Vai ser retomada a obra daquele espaço em 20 ou 30 dias. Esse prédio é da Prefeitura, vai ser feita a reforma e vai reiniciar os trabalhos do Restaurante Popular. Eu creio que, em 90 dias, esse restaurante estará aberto. Vamos acompanhar”, frisou.

RELAÇÃO TENSA

Lula quer se aproximar do agro, diz Carlos Fávaro

Gilberto Leite

Gabriel Soares

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou nesta segunda-feira, 22 de maio, que o presidente Lula (PT) está empenhado em melhorar sua relação com o agronegócio e desfazer a tensão que existe entre o setor e a gestão petista. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Fávaro revelou que Lula lhe pergunta frequentemente “porque não gostam dele”.

A relação entre Lula e o agronegócio tem sido difícil, principalmente porque uma parceria significativa do setor apoia o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e ainda se prende à polarização política intensa que marcou as eleições de 2022.

Apesar disso, Lula tem feito um discurso de pacificação das relações com o agro, mas algumas de suas falas e ações acabam atendo fogo nas pontes que ele tenta construir. Exemplo disso foi quando o petista chamou os ruralistas de fascistas, durante evento na Bahia, após Fávaro ser desconvidado da Agrishow, em Ribeirão Preto (SP). Todavia, o ministro garante que Lula quer, sim, melhorar o relacionamento com o agronegócio.

“Eu posso lhe garantir que o presidente, sucessivamente, pede para estar próximo do agro, quer se aproximar. Ele me pergunta porque não gostam dele, o que ele fez. Até porque, se a gente fizer uma reflexão, e eu e alguns companhei-

ros viemos apoiar o presidente Lula na eleição de 2022 fruto da consciência de tudo que ele fez como presidente da República para o desenvolvimento dessa agropecuária”, disse o ministro.

Fávaro listou uma série de medidas adotadas durante os mandatos passados de Lula que ajudaram a impulsionar o agronegócio brasileiro, como a repactuação de um endividamento de 20 anos, a regulamentação dos transgênicos e a criação do programa nacional do biodiesel, que estimulou a industrialização da soja no Brasil.

“Foi o presidente Lula quem repactou, num momento de muita dificuldade da agropecuária brasileira, um endividamento recorrente de 20 anos e fez uma medida

provisória de R\$ 85 bilhões, com alongamento de até 20 anos, juros competitivos e continuou dando crédito, financiamentos, linhas de crédito... teve momento de juros de 2,5% ao ano”.

O ministro citou ainda os investimentos massivos em infraestrutura, como a ampliação de portos e hidrovias em todo o país, além da criação do corredor logístico que permitiu a exportação pelos portos do Arco Norte. Citou ainda a construção da Ferrovia Norte-Sul, que aumentou a competitividade do agronegócio mato-grossense.

Após listar essas iniciativas, Fávaro pediu compreensão do setor quando Lula se posiciona de maneira mais incisiva, concluiu.



Fávaro avalia que relação entre Lula e o agronegócio irá melhorar com o passar do tempo

ENSINO FUNDAMENTAL

Usuários do transporte coletivo e motoristas que trafegam pela Avenida da FEB devem ficar atentos às mudanças

Escolas de Rondonópolis são destaque entre as melhores de Mato Grosso



Da redação

Quatro escolas da rede municipal de ensino de Rondonópolis foram destaque no Avalia MT, programa do governo do Estado de avaliação de desempenho das unidades de ensino fundamental de Mato Grosso. Uma das unidades está localizada na zona rural de onde saiu também a única professora com destaque no município.

Obtiveram êxito na avaliação as Escolas Municipais José Antônio da Silva localizada

na Vila Operária, Gleba Dom Bosco, Escola Alcides Pereira dos Santos do bairro João de Barro e Albino Pereira Dantas localizada na Vila Goulart. A professora da rede municipal que teve destaque no Avalia MT foi Tânia Teixeira Lopes Campos que trabalha na Escola Gleba Dom Bosco.

Diretoras, coordenadores e professoras receberam uma honraria do prefeito José Carlos do Pátio em reconhecimento ao trabalho que levou cada escola obter destaque dentre as unidades dos 141 municípios mato-grossenses. "Estou feliz e orgulhoso. Meu sonho é construir cidadania e a escola, desde o ensino infantil, é fundamental para que isso aconteça", ressaltou o prefeito.

"Nós temos um trabalho voltado para a coletividade. Ficamos gratos com esse resulta-

do e o reconhecimento. Nosso trabalho começa desde o portão da escola, envolvimento com a comunidade, pais, alunos, equipe dos serviços gerais. Nosso compromisso com todos", declarou Tânia de Oliveira, diretora da Escola Alcides Pereira dos Santos, que agora pretende se empenhar para manter a qualidade e até mesmo superar os resultados.

O Avalia MT verifica três critérios para definir as notas de cada unidade escolar, são eles: equidade, proficiência e participação. Os resultados apontam como cada escola está trabalhando e de foram isso está refletindo na alfabetização das crianças.

Para a secretária de Educação do município, Mara Gleibe, esse resultado é fruto de um trabalho conjunto entre as equipes da gestão da Secretaria e de todos os



Equipe da Escola Municipal Albino Saldanha Dantas e o prefeito José Carlos do Pátio

profissionais que atuam nas unidades. "Oferecemos um trabalho com muito carinho e dedicação e estamos conse-

guindo fazer com que as crianças alcancem melhor desempenho e fiquem mais preparadas para a alfabetização.

Aproveito para agradecer a cada professor e a cada diretor que são parte dessa conquista", comentou.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Números de cirurgias em Cuiabá aumento 48% nos últimos 15 dias

Da redação

O Gabinete de Intervenção do Estado entregou à Justiça o terceiro relatório sobre as providências que foram adotadas na Secretaria de Saúde de Cuiabá nos últimos 15 dias. De acordo com o documento, o Hospital Municipal de Cuiabá (HMC), o Hospital Pronto Socorro Municipal de Cuiabá (HPS-MC) e o Hospital Municipal São Benedito, juntos, apresentaram um aumento de 48% de cirurgias realizadas nos últimos 60 dias.

O Estado está no comando da Saúde da capital desde março, quando o Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou o voto apresentado pelo desembargador Orlando Perri, relator do processo, defendendo intervenção na Saúde após denúncias de irregularidades apresentadas pelo Ministério Público.

Conforme o gabinete de intervenção, nos últimos 15 dias os hospitais municipais realizaram 1.613 procedimentos cirúrgicos eletivos e de emergência, o que representa aumento de 48% em relação aos

1.035 procedimentos realizados nos 60 dias anteriores.

"Em toda a rede de saúde da capital foram 2.860 cirurgias durante a intervenção, incluindo as custeadas pelo município, realizadas no Hospital Universitário Júlio Müller, Hospital Santa Helena e Hospital do Câncer de Mato Grosso. O número corresponde a um crescimento de 29% em relação aos 2.212 do período anterior", diz trecho do documento.

No relatório, os membros da intervenção ainda pontuam outras ações realizadas desde

que assumiram o comando da pasta, como: contratação, desde o início da intervenção, de mais de 120 médicos em caráter temporário; diminuição da dependência das empresas terceirizadas; ampliação do atendimento nas unidades de pronto atendimento; aquisição contínua de medicamentos e insumos; redução da fila de regulação em mais de 10.000 pacientes.

"Convém esclarecer que no decorrer do período interventivo foram identificadas e especificadas outras medidas

necessárias ao cumprimento das determinações do Tribunal de Justiça, de natureza estruturante, que demandam prazo superior àquele estabelecido no acórdão. Tais situações foram informadas ao Ministério Público e, a partir de agora, passarão a integrar os relatórios de acompanhamento quinzenal", diz trecho do documento.

PRORROGAÇÃO - No último dia 21, o procurador-geral de Justiça havia pedido ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso para que a interven-

ção do Estado na Secretaria de Saúde de Cuiabá seja prorrogada por mais 90 dias.

O pedido aconteceu após a interventora Danielle Carmona informar sobre a necessidade de prorrogação do prazo. Ela encaminhou várias planilhas com as ações e prazos estimados para sua realização, como a redução das dívidas da Saúde da Capital e a renegociação de contratos e dívidas com valor global superior a R\$ 500 mil, cujo prazo final é 31 de dezembro deste ano.

ATENDIMENTO PELO SUS

Atenção primária poderá oferecer consultas com especialistas

Paula Laboissière - Agência Brasil

O Ministério da Saúde anunciou R\$ 870 milhões de repasse a estados e municípios para o custeio de novas especialidades na atenção básica à saúde - incluindo cardiologistas, dermatologistas, endocrinologistas, infectologistas e homeopatas. As equipes, atualmente, são compostas por nutricionistas, fisioterapeutas, pediatras, psicólogos, ginecologistas e farmacêuticos. A portaria foi publicada na segunda-feira (22) no Diário Oficial da União.

De acordo com o ministério, com a reconstrução e reformulação

da estratégia, agora chamada de eMulti, a expectativa é que 4 mil equipes multiprofissionais voltem a se organizar e prestar esse atendimento em todo país.

Para o ministério, a retomada das equipes multiprofissionais é fundamental para assegurar o cuidado integral, aumentando a resolutividade na atenção primária por meio de atendimentos especializados em unidades básicas de saúde (UBS). "Muitos municípios, mesmo com a desestruturação dessa estratégia no último governo, mantiveram as equipes multiprofissionais funcionando. Agora, com a retomada do investimento, essas

equipes poderão ser reorganizadas."

A portaria estabelece diretrizes para custeio e implantação das equipes que serão classificadas em três modalidades, de acordo com a carga horária, vinculação e composição profissional. Os repasses mensais do governo federal para custeio dessas equipes variam entre R\$ 12 mil e R\$ 36 mil, podendo mudar de acordo com indicadores de desempenho de cada localidade.

Confira a lista de profissionais que poderão ser incluídos nas equipes: arte educador; assistente social; farmacêutico clínico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; médico acupunturista; cardiologista; dermatologista; endocrinologista; geriatra; ginecologista/obstetra; hansenologista; homeopata; infectologista; pediatra; psiquiatra; veterinário; nutricionista; profissional de educação física na saúde; psicólogo; sanitaria; e terapeuta ocupacional.

RENOVAÇÃO DA FROTA

Várzea Grande recebe 16 novos ônibus com ar-condicionado e wi-fi

Da redação

No mês de maio, Várzea Grande recebeu 16 novos ônibus que vão reforçar o atendimento à população da segunda maior cidade de Mato Grosso. Os novos veículos foram entregues e cumprem o estabelecido pela Administração Municipal em relação a empresa União Transportes, detentora da concessão municipal e estadual de transporte coletivo entre Cuiabá, Capital de Mato Grosso e Várzea Grande.

"Trabalhamos em busca de um serviço de qualidade ainda melhor para toda a população, já que os passageiros pagam pelo transporte utilizado. Fora isso, cumprimos com a implantação do Passe Livre Estudantil, para toda a população escolar que passa a ter o incentivo de estudar, de progredir no conhecimento", disse o prefeito Kalil Baracat.

Com a entrega, a União Transportes, cumpre mais uma etapa do programa de renova-

ção da frota, conforme contrato de concessão com a Prefeitura de Várzea Grande e com o Governo do Estado de Mato Grosso através da AGER/MT - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso, que em 3 anos e seis meses já foram substituídos 42% dos 120 coletivos que operam nas linhas municipal e intermunicipal de passageiros.

Todos os novos ônibus possuem ar-condicionado, totalizando 60% da frota com aparelho para resfriar a temperatura, proporcionando mais conforto aos passageiros durante as viagens. Os equipamentos possuem um filtro antiviral que possibilita a troca do ar com maior eficiência e elimina 99% dos vírus (covid-19), bactérias e fungos.

No tocante aos veículos que atendem Várzea Grande, 80% deles têm ar-condicionado.

TECNOLOGIA - Por meio do aplicativo de celular "Meu Ônibus MTU" (disponível gra-

tuitamente na Play Store - aparelho android e App Store - aparelho iPhone), o passageiro de qualquer lugar pode conferir em tempo real o horário do seu ônibus e o ponto de parada mais próximo, possibilitando o fim de espera.

Outra facilidade, por meio dos aplicativos "Recarga Fácil MTU" e "Recarga Pay" o passageiro pode pelo celular fazer a recarga do cartão transporte pagando inclusive pelo cartão de crédito.

Os coletivos novos possuem ainda wi-fi (internet gratuita), sistema de monitoramento por câmeras interna e frontal do ônibus, rampa para cadeira de rodas e espaços para cadeirantes, acessibilidade para deficientes visuais (braille). Os veículos possuem também bilhete eletrônico, biometria facial para evitar fraudes nas gratuidades e utilizam práticas sustentáveis como chassis mais modernos e que utilizam o Diesel S10, que os deixam 90% menos poluentes.

COTAÇÕES EM QUEDA

Política do preço mínimo busca garantir a rentabilidade do produtor rural e a segurança alimentar do país, mas recebe críticas ideológicas

Mapa acena com preço mínimo



abastecimento no país e balizar a oferta de alimentos, evitando grandes oscilações de preços. Este cenário "caótico" vem sendo enfrentado por produtores com grande temor ao longo de 2023.

A queda do preço do milho e da soja é causada por uma série de fatores, acompanhados principalmente pela grande produção do país, que eleva a oferta, e os baixos níveis de comercialização. Em resumo, se produz muito e vende mal (barato), fazendo com que produtores sequer cubram os custos de produção.

A política de preços mínimos foi citada pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, durante o 1º Congresso Nacional da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), realizada essa semana. Segundo o ministro, a proposta será posta em prática se outras frentes de ação do governo não resultarem em resultados positivos. Apesar de favorável ao produtor rural, algumas associações, como a Aprosoja-MT, classificaram a ação como "es-mola", nas palavras do vice-presidente Lucas Costa Beber.



Governo estuda acionar política do preço mínimo para evitar prejuízos a agricultores devido às quedas abruptas nas cotações de soja e milho

Da redação

A "queda livre" no preço de duas das principais commodities do Brasil, soja e milho, acendeu a luz de alerta no Governo Federal para a adoção de medidas que ajudem a evitar grandes perdas aos produtores rurais e inviabilizar economicamente as atividades, o que poderia acarretar em desabastecimento e insegurança alimentar, na pior das hipóteses.

Nesse cenário, ressurge uma discussão antiga: a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Em termos gerais, a PGPM é uma ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais, assegurando um preço mínimo e viabilizando a produção.

A proposta é colocada em prática afim de garantir a regularidade do

O posicionamento leva a crer que seja exclusivamente postura política, indo contra setor, por simplesmente não aceitar melhorias ao agronegócio propostas pelo atual Governo Federal. Ainda que a proposta, na prática, evite grandes perdas para seus associados.

SEGURANÇA ALIMENTAR - Ao contrário do pensa o vice da Aprosoja-MT, especialistas apontam um único caminho em si-

tuções extremas, como a que surge atualmente no horizonte. O produtor não vai embarcar numa atividade que lhe gere prejuízo. Sem produção não há alimento, estabelecendo situação de insegurança alimentar no país.

O agronegócio já foi impactado anteriormente neste sentido. Em 1920, por exemplo, o Governo Federal com- prou e queimou sacas de café para evitar a desvalorização extrema do produto - como vem

acontecendo com o milho e a soja.

Há cerca de 40 anos, na década de 80, o milho também foi atingido por uma grave crise e nos anos de 2005, 2010 e 2014 foi a vez do algodão. Em todos os cenários, o Governo precisou usar políticas públicas para evitar inviabilidade da produção agrícola no país.

Em fevereiro foi realizada a reinstalação da do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Na ocasião, o presidente Lula (PT) comentou sobre a pauta.

"A gente vai garantir que, se as pessoas produzirem, não vão perder, porque se produzirem em excesso, o governo vai comprar esse alimento para que a gente distribua onde precisa ser distribuído. E também a gente vai voltar com a política de preço mínimo, para garantir que as pessoas que plantam não tenham prejuízo se houver uma supersafra", pontuou.

É como se fosse uma faca de dois gumes no sentido favorável. O produtor recebe pelo excedente, que pode alimentar quem precisa.

Dados do Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, do ano passado, 33,1 milhões de pessoas não tinham garantido o que comer no Brasil. O estudo apontou ainda que 58,7% da população convive com algum grau de insegurança alimentar.

A proposta então diminuiria a distância entre esses dois extremos, que tem supersafras de um lado, e gente com insegurança alimentar do outro.

REGRAS DURAS

Reforma pode desindustrializar Mato Grosso

Da redação

É consenso no segmento industrial do estado de que a proposta de reforma que circula pelo Congresso não proporciona um ambiente saudável para o desenvolvimento da economia de Mato Grosso. A diretoria da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt) recebeu nessa quinta-feira (25) o secretário de Fazenda (Sefaz), Rogério Gallo, e o secretário de Desenvolvimento Econômico (Sedec), César Miranda, para ampliar as discussões do modelo ideal de regime tributário, que não penalize a indústria mato-grossense.

A Proposta de Emenda à Constituição, PEC 110, que está tramitando no Congresso Nacional, muda o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. A alteração mais significativa é a criação de dois novos impostos que substituiriam pelo menos quatro em vigor atualmente: um imposto federal (Contribuição sobre Bens e Serviços), que substituiria os atuais PIS e Cofins; e o Imposto sobre Bens e Serviços, que substitui-

ria o ISS e o ICMS.

"Nós precisamos debater com responsabilidade essas propostas. Da maneira como estão colocados, os estados em desenvolvimento como Mato Grosso podem sofrer desindustrialização. A criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional para pensar o fim das políticas de incentivos fiscais regionais não resolve e não atende o nosso estado. Defendemos reforma tributária, mas é preciso um olhar diferente para os estados que ainda estão em processo de industrialização, como o nosso", disse o presidente da Fiemt, Sílvio Rangel.

Uma das preocupações do governo do Estado é não previsão de uma política de desenvolvimento regional e tratamento diferenciado para os estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. O fim dos incentivos fiscais e falta de clareza sobre origem e distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional são itens de risco para essas regiões.

"Não podemos permitir a manutenção de disparidades distribu-

tivas dos investimentos privados entre os estados e perder competitividade, limitando os mecanismos de investimentos do setor industrial", pontuou secretário Rogério Gallo.

Durante apresentação, o secretário da Sefaz destacou a importância de considerar as peculiaridades de Mato Grosso, que mesmo com a política de incentivos vigentes, que tem sustentado o desenvolvimento das indústrias, apesar da insuficiência de recursos, se difere das demais unidades federativas. O principal motivo, segundo ele, é custo elevado na produção em função das longas distâncias de escoamento.

O desaparecimento do ICMS poderá acarretar, por exemplo, na implosão das Políticas de Desenvolvimento (Industrial) baseadas em créditos presumidos pelos estados produtores, já que a tributação seria exclusiva no local de consumo e não onde é produzida. Segundo o secretário, entre as alternativas praticáveis seria a instituição de uma política uniforme

de crédito presumido para indústrias localizadas nos estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, manutenção de capacidade de investimentos dos estados através do Fethab que,

associado ao ICMS, arrecada R\$ 3 bilhões/ano.

A Fiemt participa ativamente das discussões do tema. Durante o Mês de Maio realizou um ciclo de palestras em Cáceres, Rondonópolis e

em Sinop destacando a reforma tributária e as perspectivas econômica. No Dia da Indústria, 25 de maio, realiza o fechamento dessa programação com o Fórum da Indústria em Cuiabá.

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidrosmt.com.br

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrias de ALUMINÍO

LINHAS:

- ⊗ Suprema
- ⊗ Gold
- ⊗ 30 Infinite
- ⊗ 42 Reforçada

CORES:

- ⊗ Bronze
- ⊗ Branca
- ⊗ Prata Fosco
- ⊗ Amarelado
- ⊗ Preto

SERRALHERIA COMPLETA
Máquinas de última geração

Vidraçaria & Serralheria

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

- ⊗ Envidraçamento de Sacadas
- ⊗ Guarda-Corpo de Vidro
- ⊗ Box para Banheiro
- ⊗ Esquadrias de Alumínio
- ⊗ Espelhos
- ⊗ E muito mais...

Fale Conosco
(65) 3642-3344
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175
www.casadosvidrosmt.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PAUTA DO STF

Manifestação dos órgãos na ação que trava construção da ferrovia aponta "saldo ambiental positivo" e referenda alteração do Parque do Jamanxim

AGU e PGE são a favor da Ferrogrão

Ricardo Botelho/Minfra



Gabriel Soares

A supressão de uma parte do Parque Nacional do Jamanxim para construção da Ferrogrão, ferrovia que ligará o coração do agronegócio em Mato Grosso aos portos do Pará, tem pareceres favoráveis tanto da Procuradoria-Geral da República (PGR) quando da Advocacia-Geral da União (AGU). O tema voltará a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na quarta-feira, 31 de maio, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6553, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

A ação está concluída para julgamento desde janeiro de 2021, mas a

decisão sobre o assunto tem sido adiada desde então. A questão gira em torno da supressão de uma área de 862 hectares do Parque do Jamanxim, que se deu por meio de uma medida provisória publicada durante o governo de Michel Temer (MDB), posteriormente convertida na lei 13.452/2017.

O PSOL argumenta que a Constituição Federal exige que mudanças em unidades de conservação federal só podem ser realizadas por projeto de lei de iniciativa do Congresso Nacional, para permitir o debate amplo pela sociedade.

Para o procurador-geral Augusto Aras, a alegação do PSOL não procede. Em sua manifestação ao STF, feita ainda em 2020, ele explica que essa exigência leva em conta os debates técnicos e o controle social que normalmente ocorrem no Parlamento, sem os prazos curtos da análise de uma medida provisória.

Aras argumenta que não há prejuízo ambiental relevante com a medida, já que a área

de 862 hectares que será suprimida corresponde a menos de 0,1% da área total do Parque do Jamanxim, que tem cerca de 860 mil hectares. Além disso, o PGR aponta que a construção da ferrovia atende ao princípio do desenvolvimento sustentável, na medida em que reduzirá a emissão de poluentes dos caminhões que hoje trafegam na BR-163.

"A redução de 0,054% do Parque Nacional do Jamanxim para viabilização de estudos para a instalação de ferrovia destinada ao escoamento de grãos (Ferrogrão - EF 170) ajusta-se ao princípio do desenvolvimento sustentável como fator de equilíbrio entre economia e ecologia", argumentou Aras.

Já o parecer da AGU é um pouco mais problemático, pois a AGU é um órgão de governo e pode mudar de posicionamento conforme o grupo que está no poder. A época do parecer favorável à Ferrogrão, Jair Bolsonaro (PL) era quem estava na Presidência e havia um consenso no



Ferrovia para ligar o coração do agronegócio aos portos do Pará deve atrair investimento de R\$ 21,5 bilhões

governo quanto ao apoio à ferrovia.

Agora a situação é diferente. O PSOL é o partido da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, que tem articulado junto ao presidente Lula (PT) e outros membros do governo

para que a AGU mude o parecer em relação à Ferrogrão.

À época, a AGU seguiu o mesmo entendimento que a PGR, argumentando que a supressão da área do Parque do Jamanxim teria saldo ambiental positivo, pois

havia na MP a previsão de acrescentar 51 mil hectares à área do parque. Além disso, a AGU afirmou que não há diferenças relevantes entre a tramitação de um projeto de lei e de uma medida provisória no Congresso.

SUSTENTABILIDADE

95% da energia de MT vem de fontes renováveis

Da redação

Mato Grosso se destaca no cenário nacional de energia elétrica com 95% de geração renovável, de acordo com dados do Ministério de Minas e Energia (MME). Isso coloca o Estado à frente da corrida energética por fontes limpas. A informação é da secretária de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT) e presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abe-ma), Mauren Lazzaretti.

"Quando falamos de geração de energia elétrica no mundo, pouco mais

de 28% é renovável; no Brasil, 82%; e em Mato Grosso, 95%. Aponto isso para dizer que no caso do nosso Estado, a nossa média é muito melhor que a brasileira e que a mundial", afirmou.

A disponibilidade de energia limpa, segura, e competitiva, é um fator essencial para o desenvolvimento econômico, explicou a secretária. Ela destacou o papel fundamental do órgão ambiental no processo de transição energética, para garantir a sustentabilidade e viabilidade ambiental, por meio do processo de licenciamento.

"Não há um ambiente favorável para investimento em tecnologia, pesquisa, em novas alternativas se não tivermos um licenciamento ambiental que dê previsibilidade ao investidor", destaca sobre a eficiência do licenciamento ambiental do estado.

Em Mato Grosso, a Sema investiu em eficiência e reduziu o tempo médio do licenciamento convencional, feito em três fases, em 60% nos últimos quatro anos, chegando a uma resposta ao empreendedor em até 90 dias.

Ela destaca ainda um caso inovador de geração de energia limpa licenciado pelo órgão ambiental: a indústria de etanol de milho gera eletricidade através do vapor d'água. Ela destaca que MT possui um grande potencial de cogeração de energia durante o processo industrial.

"No nosso cenário, os produtos de Mato Grosso fazem jus a prêmio de qualidade ambiental, especialmente quanto às emissões de carbono. Uma transição energética integra uma estratégia de redução dos gases de efeito estufa,

e vai implicar em uma profunda transformação na infraestrutura e uso de energia, e isso envolve desafios ambientais", complementou.

A queima de combustíveis fósseis é a principal fonte de energia poluente, que gera gases do efeito estufa. A forma representa quase 30% da geração de energia global, e menos de 5% em Mato Grosso. Energia renovável é toda aquela que não esgota recursos naturais no processo de geração de energia, como hidráulica, eólica e solar.

A gestora participou do painel "Os desafios

ambientais dos empreendimentos de energia e a transição energética", na última segunda-feira (22.05), como parte da programação do II Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas, realizado em Cuiabá.

CONGRESSO - O evento é realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, entre os dias 22 e 23 de maio, e reúne autoridades e especialistas com atuação nacional e internacional para tratar da conservação dos biomas e desenvolvimento sustentável.

MUTIRÃO DO PREÇO JUSTO

Procons de MT fiscalizam postos de combustíveis

Assessoria



Procons de várias regiões de MT estão fiscalizando se os postos repassaram reajuste feito pela Petrobras na semana passada

Da redação

Os Procons de Mato Grosso fiscalizam os preços da gasolina comum e do diesel (S-500 e S-10), para pagamento à vista, praticados pelos postos de combustíveis no Estado.

A ação faz parte do Mutirão do Preço Justo, da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A iniciativa ocorre em todo o país, com objetivo de verificar se os estabelecimentos têm repassado as variações de preço ao consumidor final, após a redução anunciada pela Petrobras no dia 16 de maio.

De acordo com o coordenador de Fiscalização, Controle e Monitoramento de Mercado do Procon Estadual, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Setasc), Ivo Vinicius

Firmino, serão fiscalizados 45 postos de Cuiabá. A fiscalização também ocorre em 20 municípios do interior, em parceria com Procons Municipais.

As informações coletadas, como os maiores e menores preços, serão encaminhadas para a Senacon, para elaboração de relatório. A secretária adjunta de Proteção e Defesa dos Direitos dos Consumidores (Procon-MT), Gisela Simona, lembra que o Procon Estadual já estava monitorando os preços dos combustíveis em Mato Grosso, em parceria com a Secretaria de Fazenda (Sefaz).

"O Procon-MT está verificando os preços cobrados em postos de combustíveis do Estado por meio da análise de documentos fiscais, com data a partir de 12 de maio. Por isso é essencial que os consumidores peçam a nota fiscal sempre que abastecerem

seu veículo ou comprar gás de cozinha. Essa medida permite que estabelecimentos de todo o Estado sejam fiscalizados", alerta Gisela.

De acordo com a secretária adjunta, também é importante que a população registre reclamações e denúncias quando identificarem irregularidades nos preços de combustíveis. A Senacon, inclusive, disponibilizou na segunda-feira (22) um canal específico para denunciar valores abusivos nos postos, por meio de formulário eletrônico, que pode ser acessado AQUI.

REAJUSTE LENTO - Levantamento de preços realizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na semana de 14 a 20 de maio apontou que a redução dos preços promovida pela Petrobras no começo da semana passada ainda tinha chegado aos postos de Cuiabá. Ao final da

semana, os preços seguiram no mesmo patamar da semana anterior, com variações pequenas no valor mínimo de alguns combustíveis.

Na terça-feira passada, 16, a Petrobras anunciou redução de R\$ 0,44 por litro do preço médio do diesel para as distribuidoras, além do corte de R\$ 0,40 no preço médio da gasolina. O gás de cozinha também sofreu reajuste, com desconto de R\$ 8,97 no botijão de 13 litros vendido nas refinarias.

Porém, os preços permanecem no mesmo patamar nos postos de Cuiabá. Antes do reajuste, a gasolina comum era vendida por um preço médio de R\$ 5,38, variando de R\$ 5,15 a R\$ 5,59, conforme o posto de referência. Já nesta semana, o preço médio recuou 4 centavos, para R\$ 5,34, mas os preços mínimo e máximo continuam inalterados.